

MATERNIDADES SUBALTERNAS: SER OU NÃO SER MÃE NAS EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS E DO FEMINISMO NEGRO

Subaltern Maternities: To be or not to be a mother in decolonial epistemologies and black feminism

Miléia Santos ALMEIDA

Doutoranda em História

Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília, Brasil.

mileia.sa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1949-4667> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

O debate sobre a construção social e cultural da maternidade, sua dimensão de controle dos corpos e da reprodução das mulheres, é um terreno bastante consolidado na teoria feminista ocidental. Não somente a História, mas a Filosofia, as Ciências Sociais, a Psicologia, entre outros campos, dedicaram muitas páginas às reflexões sobre os condicionamentos de gênero presentes no mito de um amor materno inato e incondicional. Entretanto, assim como não é possível conceber uma forma universal de ser mulher, se faz necessário entender que não existe uma única forma de ser mãe, mas sim formas plurais de maternidades, algumas delas subalternizadas e/ou marginalizadas pelo processo colonizador. Nesse sentido, as contribuições dos feminismos negro e decolonial são fundamentais para romper os limites existentes em uma perspectiva feminista eurocêntrica, branca e burguesa/liberal que, por muito tempo permaneceu alheia a diversidade das questões das mulheres ou mesmo conivente com um processo de dominação-exploração-opressão sobre suas vidas. Tais estudos permitem assim, “descolonizar” o olhar acerca da maternidade e das relações de gênero, para consolidação de uma epistemologia feminista, antirracista, anticapitalista e anticolonial. Essa é então a principal contribuição do presente artigo que, por meio de uma análise teórico-bibliográfica de orientação prática, interroga as maternidades subalternas enquanto chave de leitura da experiência de mulheres não-brancas em contextos pós-coloniais.

Palavras-Chave: Maternidades. Subalternidade. Decolonialidade. Feminismo Negro.

ABSTRACT

The debate about the social and cultural construction of motherhood, its dimension of controlling the bodies and the reproduction of women, is a very consolidated ground in Western feminist theory. Not only History, but Philosophy, Social Sciences, Psychology, among other fields, have dedicated many pages to reflections on gender conditioning present in the myth of an innate and unconditional maternal love. However, just as it is not possible to conceive of a universal way of being a woman, it is necessary to understand that there is not a single way of being a mother, but plural forms of maternity, some of them subordinated and / or marginalized by the colonizing process. In this sense, the contributions of black and decolonial feminisms are fundamental to break the existing limits in a Eurocentric, white and bourgeois / liberal feminist perspective that, for a long time, remained unaware of the diversity of women's issues or even colluded with a process of domination- exploitation-oppression over their lives. Such studies thus allow to “decolonize” the view of motherhood and gender relations, for the consolidation of a feminist, anti-racist, anti-capitalist and anti-colonial epistemology. So, this is the main contribution of this article, which, through a theoretical-bibliographic analysis of practical orientation, interrogates subaltern motherhoods as a key to reading the experience of non-white women in post-colonial contexts.

Keywords: Maternities. Subalternity. Black Feminism.

1 INTRODUÇÃO

Quando a teórica indiana Gayatri Spivak (2010) provocou o questionamento quase retórico: “pode o/a subalterno/a falar?” na sua crítica aos esforços ocidentais em problematizar as experiências dos sujeitos colonizados sob prismas majoritariamente etnocêntricos, ela não só alertou sobre o perigo de se constituir essas pessoas apenas como “objeto de conhecimento”, mas sobre a necessidade de descolonizar o feminismo a partir da voz das mulheres subalternas. Spivak, ao contestar a ideia de “homens brancos [e mulheres brancas] salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”¹, nos possibilita problematizar outros pressupostos salvacionistas estimulados pelo feminismo ocidental. No contexto dos estudos pós-coloniais², é imprescindível que as narrativas fundamentadas em contextos de colonização e na exploração de classe, gênero e raça, deixem de ser um interesse exótico, marginal ou complementar ao pensamento hegemônico, e se tornem instrumentos de resistência epistemológica.

A pretensão desse artigo é assim, problematizar pressupostos quase canônicos estabelecidos no contexto das lutas e estudos feministas consolidados a partir do Ocidente e do Norte Global em torno dos significados e papéis de gênero³ imbricados no conceito de “maternidade”. Para isso, determinados debates epistemológicos que exploram exemplos históricos do passado colonial e da modernidade foram contemplados no decorrer de nossa abordagem argumentativa sob a perspectiva da teoria decolonial e do feminismo negro.

Alguns estudos clássicos como o de Simone de Beauvoir em “O Segundo Sexo” que, embora pioneiro no contexto francês ao questionar os fatores culturais que conformavam as experiências femininas e a própria ideia de “instinto materno”, mantém alguns

¹ Spivak (2010) se refere em seu texto ao contexto da imolação das viúvas hindus na pira de seus maridos falecidos, sobretudo, as representações ocidentais feitas por observadores estrangeiros desses rituais, sem que se questione a posição do investigador ou se procure ouvir a voz das mulheres indianas.

² A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das ‘racionalizações’ da modernidade. (BHABHA, 1998, p.239.)

³ Consideramos aqui a categoria de análise histórica “gênero” em sua sistematização enquanto “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). Porém, recorremos a reflexão decolonial de Oyèrónkẹ Oyěwùmí para alertar que, “como uma ferramenta analítica, ele [gênero] não pode ser invocado da mesma maneira e no mesmo grau em diferentes situações no tempo e no espaço. O gênero é tanto uma construção social quanto histórica” (2021, p. 131).

essencialismos em torno do tema, já levantavam pontuações em relação a maternidade e ao aborto em contextos externos ao francês. Porém, quando em sua obra, Beauvoir afirma que “no norte da África, a mulher árabe não tem a possibilidade de provocar voluntariamente o aborto; em cada dez filhos que concebe, sete ou oito morrem e ninguém se incomoda que as penosas maternidades matem o sentimento materno” (2019, p. 281), alguns questionamentos permanecem.

Como as representações ocidentais sobre as mulheres do oriente, do sul global e da periferia do capitalismo incidem sobre a concepção de maternidade? Qual o papel da colonização e da persistência de estruturas coloniais na conformação de um patriarcado racista fora do ocidente/norte global? As construções sociais e culturais acerca da maternidade são atravessadas pelas dimensões de classe e raça? É possível ouvir a voz das mulheres de regiões subalternas e colonizadas sobre suas experiências com a maternidade? Nossa pretensão não é simplesmente responder a essas perguntas, mas problematiza-las a luz das teorias do feminismo decolonial e da epistemologia feminista negra, por meio de autoras que já escrevem sobre a necessidade de romper narrativas eurocêntricas hegemônicas e descolonizar o debate sobre maternidade. É necessário, inclusive, evitar o epistemicídio⁴ que atinge o feminismo acadêmico ao desconsiderar as mulheres subalternas e subalternizadas como produtoras de conhecimento.

A escolha metodológica que conduz a nossa perspectiva analítica se fundamenta na busca por chaves de leitura existentes nos principais debates teóricos que, nas últimas décadas, tem se legitimado em obras emblemáticas do campo dos estudos subalternos de viés feminista, possibilitando uma apreensão maior das maternidades colonizadas. Evocamos a advertência da antropóloga Rita Segatto, de que a contribuição deste estudo “não é exegética, nem de sistematização, nem tão pouco programática, mas eminentemente prática, como elaboração teórico-política empenhada em municiar uma prática contenciosa” (SEGATTO, 2012, p.107-108). Assim, a reflexão teórico-bibliográfica do texto está acompanhada por uma *práxis* feminista interseccional⁵ que encontra nas

⁴ O epistemicídio é [...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento [...]. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado (CARNEIRO, 2005, p. 97).

⁵ Apesar de não desenvolvermos o conceito de interseccionalidade em nossa argumentação, ele é fundamental enquanto metodologia de análise, oriunda do debate feminista negro, que contempla as experiências de mulheres não-brancas em suas muitas dimensões sociais e culturais. Para Carla Akotirene, que problematiza o conceito formulado pela afroestadunidense Kimberlé Crenshaw, “a interseccionalidade

experiências históricas de sujeitos “nas margens” do poder o entrecruzamento entre teoria e realidade social e se traduz em linguagem não apenas acadêmica, mas política.

Fazer ecoar as vozes de mulheres que viveram experiências de maternidade/maternagem⁶ ou romperam voluntária ou compulsoriamente com essa condição em contextos de subalternidade, seja por meio da dominação colonial ou por meio das opressões de raça e classe, nos oferece a perspectiva de descolonizar e “desessencializar” essas narrativas de ser ou não ser mãe. Vale lembrar, que em seu famoso discurso em 1851, no estado americano de Ohio, citado pela filósofa e militante Ângela Davis (2016, p. 72), a ativista afromericana Sojourner Truth fazia ressoar suas palavras: “Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?”. Esse discurso de Truth, que se tornou um emblema para as feministas negras, não apenas questionava o estereótipo de feminilidade atribuído às mulheres brancas, mas levantava a questão da negação do exercício da maternidade às mulheres negras escravizadas. É preciso refletir assim, sobre o papel do patriarcado ocidental no projeto colonial, ao impor às mulheres subalternizadas não somente a subjugação e controle, mas também a desumanização, a violência e o silenciamento de suas experiências.

2 MATERNIDADES ENTRE O FEMINISMO CIVILIZATÓRIO E O FEMINISMO DECOLONIAL

Sucesso de vendas, com mais de meio milhão de exemplares vendidos em seu lançamento na França, o livro “Um amor conquistado”, da filósofa francesa Elisabeth Badinter, se tornou uma obra clássica e fundamental para os estudos acerca da

permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e as questões estruturantes da matriz colonial moderna” (AKOTIRENE, 2019, p. 36).

⁶ Maternagem é um termo utilizado em estudos do campo da psicologia. “Enquanto a maternidade é tradicionalmente permeada pela relação consanguínea entre mãe e filho, a maternagem é estabelecida no vínculo afetivo do cuidado e acolhimento ao filho por uma mãe” (GRADVOHL, OSIS, MACUCH, 2014, p. 56).

maternidade como construção cultural e histórica em torno da reprodução e do cuidado. Nele, a autora afirma:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como então, não chegar a conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional. (BADINTER, 1985, p.268).

A obra também foi bastante polêmica na época em que foi lançada. Apesar de todo o contexto progressista para a conquista de direitos reprodutivos na França - que havia legalizado o aborto já na década de 1970 -, questionar a existência de um amor materno espontâneo de todas as mães pelos filhos, que enclausurava as mulheres em um papel construído por uma sociedade patriarcal, era questionar os valores morais burgueses. Além disso, o texto de Badinter, que analisa o surgimento do ideal moderno de maternidade no século XVII, não é alheio às questões que impossibilitavam também as mulheres de desempenhar aquele papel prescrito, sobretudo, os fatores econômicos. Segundo ela, “a atenção materna é um luxo que as mulheres pobres não se podem permitir” (BADINTER, 1985, p. 224). Todavia, em sua análise, os dilemas da maternidade permaneciam atrelados à imposição de valores morais hegemônicos e a valorização da vida da criança por meio da ideia moderna de infância.

Para pensar as maternidades imbricadas em relações de gênero, raça e classe, é preciso ir além, e compreender os processos de desumanização das mulheres nos contextos coloniais. O mito do amor materno, ainda que fosse universalizante das experiências femininas, não correspondia na prática às políticas empreendidas em relação às mulheres racializadas, dificilmente “confinadas ao espaço doméstico”. Para a cientista política, Françoise Vèrges, “feministas do ocidente certamente analisaram como se constroem a ‘boa maternidade’ [...], mas sem nunca levar em conta o ‘choque do retorno’, da escravidão e do colonialismo” (2020, p.53). Essa crítica ao feminismo europeu de viés liberal, que geralmente parte de um prisma da branquitude burguesa, e é chamado pela autora de “feminismo civilizatório”, permeia toda sua obra “Um feminismo decolonial”.

Vergés traz em seu texto a contribuição do afro-feminismo do Brasil e dos Estados Unidos e afirma:

Sabe-se que sob um regime de escravidão, a qualquer momento se podiam arrancar os filhos de suas mães; que elas não estavam autorizadas a defende-los; que as mulheres negras estavam sob proteção dos filhos de seus proprietários como amas de leite, que meninas e mulheres negras eram exploradas sexualmente e que todos esses papéis estavam submetidos aos caprichos do senhor de escravos/as, de sua esposa e filhos/as. Os homens eram privados do papel social de pai e de companheiro. Essa destruição de laços familiares que era estabelecida pela lei, continua a projetar sua sombra sobre as políticas familiares que visam às minorias racializadas e aos povos indígenas (VERGÈS, 2020, p. 53)

Esse é um ponto de contato muito importante entre a epistemologia feminista negra e o pensamento feminista decolonial. Afinal, o processo escravista africano nas Américas marcou profundamente as relações coloniais e continua estruturando as experiências de mulheres negras nos países onde o racismo determina a dominação de gênero e classe.

Ainda em relação a análise da maternidade por Elisabeth Badinter, uma obra mais recente da autora, originalmente publicada em 2010, apresenta os reflexos da crise econômica da década de 1990 que “recambiou grande parte das mulheres ao lar”. Badinter critica os novos argumentos médicos que, gradualmente, provocam um retrocesso em relação às conquistas femininas e “naturalizam” a experiência materna. Entre suas críticas, estão pressupostos de ordem biologizante como a revalorização de parteiras e doulas, às reticências às pílulas contraceptivas, a defesa do parto e da amamentação natural, entre outros. Para a autora,

O tratamento dado à pílula anticoncepcional desde a sua invenção ilustra as repetidas reticências em relação à química. Enquanto milhões de mulheres aderem com entusiasmo a esse instrumento de controle de procriação, outras, inclusive as da nova geração, não manifestam senão desconfiança sobre uma produção artificial que bloqueia um processo natural (BADINTER, 2011, p.37)

O que a intelectual francesa não considera em seu texto é a utilização de caráter eugênico de alguns dos métodos desenvolvidos pela medicina e demais ciências ocidentais em relação ao controle reprodutivo e que agora são questionados. A medicalização do parto e a condenação dos saberes femininos populares e ancestrais não somente anulou a participação das parteiras, como instituiu sua perseguição e condenação. Os anticoncepcionais, símbolos da conquista dos movimentos feministas na década de 1970

também protagonizaram uma história de violação de mulheres em regiões periféricas. O exemplo das mulheres de Porto Rico⁷, cobaias de um estudo para verificar os efeitos colaterais da pílula, sem terem conhecimento que se tratava de um estudo experimental, e no contexto de maiores restrições ao método nos EUA, é revelador da atuação eugênica de programas de contracepção.

Nesse sentido, é válido também observar a atuação política da intelectual Elisabeth Badinter, afinal a teoria feminista está impreterivelmente relacionada a sua prática ativista/militante. Pelo seu posicionamento e articulação em torno da proibição do véu islâmico em escolas francesas, Badinter poderia ser classificada dentro do espectro do “feminismo civilizatório” criticado por Francoise Vergès que, inclusive, analisou esse evento em seu texto.

[...] Em 27 de novembro de 1989, aparece na imprensa francesa um artigo de opinião intitulado “Em defesa da laicidade. Pela dignidade das mulheres”, assinado pela associação Choisir (cuja presidente é Gisèle Hamili), pelo Clube dos Iguais e pela France Plus, convocando para um encontro na Mutualité. “Manifesto lançado aos professores”, escrito por Elisabeth Badinter, Régis Debray, Alain Fiekielkraut, Élisabeth de Fontenay e Catherine Kintzler, publicado no dia 2 de novembro do mesmo ano, dirigindo-se politicamente a Lionel Jospin, o então ministro da Educação Nacional: “Tolerar o véu islâmico não é acolher um ser livre (no caso uma jovem), é abrir as portas àqueles que decidiram, de uma vez por todas e sem discussão, que ela deveria baixar a cabeça. Em vez de oferecer a essa jovem um espaço de liberdade, você ensina a ela que não há diferença entre a escola e a casa de seu pai. Ao autorizar de facto o véu islâmico, símbolo da submissão feminina, você dá carta branca aos pais e irmãos, isto é, ao patriarcado mais rígido do planeta. Em último caso, não é mais o respeito à igualdade dos sexos e ao livre-arbítrio que prevalece na França (VERGÈS, 2020, p. 79).

Esse trecho do manifesto, trazido por Vergès em sua obra, ilustra uma percepção bastante etnocêntrica do feminismo europeu, a persistência do orientalismo⁸ em relação às muçulmanas, ao considerar o Islã como “patriarcado mais rígido do planeta” e evocar a França como ideal de liberdade e igualdade de gênero ameaçada pelos padrões hierárquicos de gênero de uma outra cultura. Há uma desconsideração, inclusive, do papel

⁷ Disponível em: <<https://www.vice.com/en/article/kzeazz/the-racist-and-sexist-history-of-keeping-birth-control-side-effects-secret>>

⁸ O Orientalismo é antes a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (duas metades desiguais compõem o mundo), mas também de toda uma série de ‘interesses’ que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (SAID, 2008, p. 40).

do patriarcado europeu (e francês) no colonialismo imposto a outras partes do globo. O feminismo civilizatório assumiria assim uma missão maternalista diante de outros povos, diante de mulheres “submissas e indefesas” à espera de sua salvadora europeia. Como pontuou Vergès, “o feminismo civilizatório na França, já institucionalizado, permanece focado na discriminação de gênero (2020, p. 88). Dessa forma, sem a problematização das dimensões de raça e classe do patriarcado, o feminismo não pode contemplar a grande maioria das mulheres, sejam elas subalternizadas nos países coloniais ou nos países colonizados. Da mesma forma, a maternidade se torna uma questão mais complexa tanto em sua dimensão patriarcal quanto pelas estruturas racistas que incidem sobre o exercício de “ser mãe” na modernidade/contemporaneidade.

3 DO MATRIARCADO AO PATRIARCADO: MATERNIDADES NO CONTEXTO DA COLONIALIDADE DO PODER

O processo colonizador e a imposição de um sistema estruturado pelo capitalismo mercantil, pelo genocídio indígena, pelo racismo escravista e pelo patriarcado eurocêntrico desarticularam arranjos sociais e dimensões culturais de maneira transcontinental, em África, Ásia e nas Américas. Em estudo sobre a “invenção colonial” da América Latina pelos europeus, o intelectual peruano Aníbal Quijano observa a destruição das identidades históricas de povos indígenas e africanos escravizados e a descredibilização de seus conhecimentos.

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocização no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o passado. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo. (QUIJANO, 2005, p. 127)

No entanto, a matriz colonial europeia não soterrou completamente os modos de existir, de produzir, de conhecer e sentir das populações colonizadas. Eles resistiram ao projeto permanente de sua destruição total e coexistem como táticas de sobrevivência coletiva na modernidade/contemporaneidade.

A intelectual argentina Maria Lugones, que utiliza a concepção formulada por Quijano, de “colonialidade do poder”, também tece críticas ao pensamento do autor no que se refere a invisibilização da “colonialidade do gênero” em seus escritos que, para ela, “mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e destituídas de poder” (2020, p.54). Para Lugones, o patriarcado europeu, enquanto uma das faces mais evidentes da colonização, alterou as relações de poder entre homens e mulheres colonizadas, impondo hierarquias de gênero antes inexistentes. Contudo, em discordância, a antropóloga Rita Segatto (2012) apresenta análises etnográficas que indicam a existência de um “patriarcado de baixa intensidade” em comunidades ameríndias, mas que apresentava muito mais uma relação de complementariedade entre os gêneros do que de polaridade/oposição como no mundo colonial. No que se refere a maternidade no “mundo aldeia”, a colonização rompia com a pluralidade de sentidos de ser e não ser mãe existentes na cosmovisão indígena. Por sua vez, a tutela estatal contemporânea fortaleceu um discurso assimilacionista e desumanizador sobre as experiências de mães indígenas, ora representadas com um instinto materno de animais que defendem sua prole, ora como selvagens que praticam indiscriminadamente o infanticídio.

A partir da experiência africana, sobretudo iorubá, Oyèrónké Oyěwùmí nos convida a refletir sobre a maternidade em África para além de uma concepção ocidental generificada e patriarcal, em que “a categoria mãe é encarada como sendo incorporada por mulheres que são esposas subordinadas, fracas, impotentes e relativamente marginalizadas socialmente” (2016, p. 02). A partir da categoria *ìyá*, a autora reflete sobre a ideia de “matripotência”, pois em sociedades iorubás a concepção de maternidade estava revestida de uma reverência mística e do exercício de diversos poderes. Para ela,

É inconcebível representar *ìyá* como uma categoria de gênero em oposição ao pai, uma categoria masculina superior baseada em um modelo ocidental derivado de culturas judaico-cristãs. Intrínseca à categoria mãe na tradição ocidental é a ideia de nutrir. Mesmo que a nutrição faça parte do que *ìyá* faz na sociedade iorubá, o significado central de *ìyá* é ser co-criadora da prole, e a preservação de seu bem-estar durante a vida depende física e espiritualmente da vigilância de *ìyá*. *ìyá*, na percepção iorubá, é uma identidade mística que não é comparável a nenhuma outra nesta sociedade. A esse respeito, não existem tais poderes místicos associados à paternidade, uma vez que pais não estavam presentes na criação (OYĚWÙMÍ, 2016, p. 11).

Além disso, Oyěwùmí enfatiza o aspecto matrifocal ou matricial dos sistemas familiares africanos iorubás e a sacralidade em torno das heranças sanguíneas da maternidade, que foi desestruturado pela interferência das “religiões abraâmicas”: o cristianismo e o islamismo. Compreender o significado das maternidades nos matriarcados africanos implica assim um rompimento com a concepção de maternidade universal forjada em sistemas patriarcais, que se caracterizou como uma das formas de controle e redução do poder feminino.

Sobre as maternidades negras, o estudo de Luara Paula Vieira Baia acerca das vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe provoca importantes reflexões no que diz respeito à necessidade de romper com universalismos e o peso dos contornos raciais que atribuem significados plurais às maternidades. Para a autora,

É impossível pensar a maternidade negra sem levar em consideração dois elementos essenciais quando refletimos sobre essa questão. O primeiro deles é o impacto da escravidão na subjetividade negra (de mães negras) e, no pós-escravidão, especialmente na década de 1970 nos Estados Unidos e por volta de 1980 aqui no Brasil, as difundidas campanhas pelo direito ao controle de natalidade, pelo direito ao aborto e pela maternidade voluntária (BAIA, 2020, p. 40).

Nesse sentido, compreendemos o quanto o sistema de dominação-exploração-opressão colonial, patriarcal e racista desestruturou as experiências maternas de origem africana no território das Américas, as submetendo a uma narrativa de sobrevivência constante, mas também de resistência e insubmissão que se complementam cotidianamente.

4 PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E A QUESTÃO DA MATERNIDADE

No dia 02 de junho de 2020⁹, Mirtes Renata Santana da Silva fez um trajeto costumeiro, de seu bairro periférico na zona oeste de Recife para mais um dia de trabalho como doméstica no centro da cidade. Em meio a pandemia de covid19, ela continuava a trabalhar na casa de Sarí Corte Real, esposa do prefeito de Tamandaré. Já havia, inclusive, contraído o coronavírus de seu patrão. Sem creche ou escola para seu filho Miguel, precisou levá-lo para o serviço. Em determinado momento, Mirtes saiu para passear com o cachorro, enquanto a patroa permaneceu no apartamento no quinto andar de um edifício

⁹ Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/06/04/em-pernambuco-patroa-e-negligente-com-filho-de-empregada-e-crianca-morre>

de luxo, sendo atendida por uma manicure. O garoto, que desejava procurar a mãe, foi até o elevador. A patroa Sarí, sem paciência, apertou um botão e deixou a criança sozinha no elevador. O menino Miguel, depois de apertar vários botões, foi parar no nono andar. Após sair procurando a mãe, ele caiu de uma altura de trinta e cinco metros e veio à óbito.

Essa história que, por si só já é indignante pelo descaso com a vida de uma criança de cinco anos, revela nuances de racismo e opressão de classe muito fortes, pelo fato de que um menino negro e filho de empregada doméstica não teve o mesmo direito ao cuidado e proteção que o cachorro da primeira-dama de Tamandaré. Além disso, uma mãe preta e trabalhadora, pobre e periférica, não teve direito a ver seu filho crescer nem a vê-lo protegido. Mirtes Santana teve sua maternidade interrompida brutalmente por um sistema que naturalizou situações como essa, assim como inúmeras outras mulheres que viram seus filhos se tornarem vítimas do genocídio negro no Brasil. Miguel morreu aos cinco anos de idade e muitas outras crianças negras continuam a morrer antes mesmo de chegar a essa faixa etária.

No Brasil, uma criança negra tem 25% mais chances de morrer antes de completar um ano do que uma criança branca e o risco de uma criança negra morrer antes dos 5 anos por causas infecciosas e parasitárias é 60% maior do que o de uma criança branca¹⁰. A violência do estado, perpetrada pela instituição policial que mata um jovem negro a cada dezessete minutos¹¹, e também mostra suas garras sobre as crianças, é um elemento de desestruturação das experiências de maternidade de mulheres negras e periféricas. Sobre a violência policial que aterroriza as famílias de mulheres negras, Lélia Gonzalez já afirmava

Nós, mães negras, vivemos experiências muito duras, muito terríveis, que um companheiro do Movimento Negro de Minas Gerais chamou de *terror cotidiano*. É aquela história do teu filho, do teu companheiro, do teu irmão. Enfim, não existe uma mulher negra que não tenha vivenciado, com um dos membros masculinos que façam parte de sua convivência, essa experiência da violência policial (GONZALEZ, 2018, p. 232).

Esse “terror cotidiano” incide nas relações maternas que mulheres negras tecem principalmente com seus filhos meninos/rapazes: “Criar um filho negro significa lidar diariamente com a avalanche de estereótipos e violências que incidem sobre o corpo negro masculino” (BAIA, 2020, p. 109). Assim, a preocupação com a integridade física de suas crianças e jovens marca cotidianamente as vivências de mães negras.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-saude-das-criancas-negras/>>.

¹¹ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/um-jovem-negro-e-morto-cada-23-minutos-no-brasil/>>.

É essa realidade que, no Brasil e em outros países de estrutura patriarcal racista, acaba distinguindo o cenário da luta de mulheres brancas e de mulheres negras quando se trata de questões sobre maternidade, família e trabalho. A intelectual afroestadunidense bell hooks¹², além de destacar a dimensão distinta que mulheres negras atribuíam a questão da maternidade no interior do movimento feminista, aponta a necessidade de “ouvir as mulheres negras” em relação às pautas que possuíam centralidade para suas lutas políticas. Afinal,

Se as mulheres negras tivessem expressado as suas opiniões relativamente à maternidade, esta não teria sido considerada um obstáculo grave à liberdade das mulheres. O racismo, a disponibilidade de empregos, a falta de competências ou habilitações e uma série de outros problemas estariam no topo da lista – mas não a maternidade. As mulheres não diriam que a maternidade as impediu de entrar no mundo do trabalho remunerado, porque sempre trabalharam. (hooks, 2019, p.195)

Sua crítica também nos provoca o questionamento inverso. Como a autora coloca, a maternidade não era um empecilho ao trabalho, pois mulheres negras sempre trabalharam. Mas as condições de trabalho, normalmente em subempregos e em postos precarizados, seriam um empecilho ao cumprimento do mesmo modelo de maternidade imposto às mulheres burguesas. No contexto da revolução industrial, mulheres proletárias europeias já se viam obrigadas a trabalhar nas fábricas com seus filhos pequenos. Entretanto, essa lógica capitalista de exploração, ao ser transferida para as colônias, subjugou populações que tinham outro modo de organização familiar e de trabalho.

As mulheres negras não tiveram seus “destinos naturais” historicamente atrelados a necessidade de parir e maternar uma criança. Suas ancestrais escravizadas tiveram que lutar para manter laços familiares ameaçados pela interferência dos senhores e pelas condições do cativeiro. Para Ângela Davis, analisando o legado da escravidão na sociedade dos Estados Unidos da América,

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p. 25-26).

¹² Nome adotado grafado em letras minúsculas por preferência da própria autora.

Davis prossegue em seu texto analisando o terrível dilema de ser mãe em meio ao cativeiro, manter seus filhos vivos enquanto permaneciam sendo propriedade de seus patrões.

Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas.

[...]

Em outras fazendas, as mulheres deixavam seus bebês aos cuidados de crianças pequenas ou de escravas mais velhas, fisicamente incapazes de realizar o trabalho pesado da lavoura. Impossibilitadas de amamentar ao longo do dia, elas suportavam a dor causada pelo inchaço das mamas (DAVIS, 2016, p. 21).

Mesmo diante da liberdade formal adquirida com o fim da escravidão, essa concepção menos idealizada e, por sua vez, desumanizada, da maternidade permaneceu em relação às mulheres negras. Um dos incisos da lei do ventre livre de 1871 no Brasil, estipulava: “§ 4º Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito annos, que estejam em poder do senhor della por virtude do § 1º, lhe serão entregues, *excepto* se preferir deixal-os, e o senhor annuir a ficar com eles”¹³. Assim, a lei considerava o “não desejo” materno em permanecer com a criança, pois os legisladores não reconheciam nessas mulheres um “instinto natural” a conservar sua prole ao seu lado em sua condição de liberdade.

Uma outra imagem de maternidade associada às mulheres negras surgiu no contexto da escravidão: ser mãe postiça de crianças brancas. Da ama-de-leite escravizada à babá de uniforme ou “praticamente da família”, mulheres negras têm assumido não só as tarefas domésticas da casa de famílias brancas, como atribuições de cuidado e papéis de maternagem. Em sua obra, repleta de riquíssimas reflexões sobre racismo e sexismo nas estruturas da sociedade brasileira, a intelectual e militante feminista negra Lélia Gonzalez, elaborou uma análise perspicaz acerca da figura da “mãe preta”, forjada sob o mito de “aliada da casa grande”, mas que na verdade subverteu uma lógica de branqueamento da cultura brasileira, pois se tornou um dos seus pilares e, nas palavras dela, “deu uma rasteira na classe dominante”.

Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a *mãe*. Por que a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí fora? É

¹³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>.

a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto “bá”, é a “mãe”. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a ‘mãe preta’ é a mãe (GONZALEZ, 2020, p. 87-88).

Para Lélia Gonzalez, a mãe preta era a mãe da cultura brasileira, pois ao assumir a função da maternagem dos filhos de mulheres brancas, ela transmitia seus valores para as crianças, por meio da linguagem, dando origem ao “pretuguês”, não como expressão de um amor abnegada, mas como forma de preservação do seu legado.

Uma abordagem da epistemologia feminista negra que considera várias dimensões da maternidade/maternagem negra e valoriza as narrativas e experiências de mulheres negras afroamericanas para consolidação de sua teoria está presente na obra de Patricia Hill Collins. A socióloga ressalta que os trabalhos feministas sobre maternidade produzidos nas décadas de 1970 e 1980 apresentavam uma visão limitada, sem levar em consideração recortes de raça e classe. Afinal,

Dedicadas a desmistificar o ideal tradicional de família, as obras desse período questionavam as análises prevalentes acerca das experiências vivenciadas por mães brancas de classe média. Essas críticas não foram capazes de questionar as imagens de controle das afroamericanas, muito menos as práticas que essas imagens pressupõem. Reconhecendo que boa parte da literatura feminista desse período não incluíam as mães negras que “ainda limpam a casa de outra pessoa [...] ainda cuidam dos idosos e dos doentes de outras famílias”, a produção acadêmica posterior das acadêmicas estadunidenses brancas buscou explicitamente expor as diferenças das mulheres em termos de raça, classe, sexualidade, e *status* de cidadania (COLLINS, 2019, p. 292).

Collins assim, reconhece mudanças nas produções sobre maternidade, mas ainda provoca a necessidade de análise das “imagens de controle”¹⁴ que operam sobre a figura das mães negras, sobretudo, relacionadas às “matriarcas” ou “mães negras superfortes”. Por serem criadas na escrita de mulheres brancas, homens brancos e homens negros, somente uma perspectiva feminista negra seria capaz de romper com essas imagens. A partir dessas experiências, a autora percebe que a maternidade negra não é um todo uniforme, possui tensões e contradições coletivas e individuais. Enquanto algumas

¹⁴ Esse conceito elaborado por Patrícia Hill Collins para pensar uma representação de gênero específica de pessoas negras articuladas em padrões da cultura branca ocidental. Segundo Collins (apud Bueno, 2019, p.69): “as imagens de controle são a dimensão ideológica do racismo e do sexismo, compreendidas de forma simultânea e interconectada. São utilizadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder”.

mulheres negras podem ver a maternidade como um fardo que as sufoca e oprime, que lhes custa caro, uma boa parte delas a enxerga como possibilidade de crescimento pessoal em suas comunidades.

A autora nos mostra que a maternidade para as mulheres negras estadunidenses não é apenas uma questão individual e destaca o papel das “mães de criação” nas comunidades negras num processo de maternagem coletiva. Segundo Patrícia Hill Collins, “as mães de criação podem ser fundamentais não apenas no cuidado das crianças, mas também no auxílio a mães biológicas que, por diversas razões, não estão preparadas ou não desejam a maternidade” (2019, p.301). Entretanto, a partir da década de 1980 essa rede comunitária começou a ruir, com famílias negras adotando valores mais individualistas das famílias brancas de classe média.

Uma outra dimensão da questão da maternidade para as mulheres racializadas é o campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Sem dúvida, um território de batalhas para os movimentos feministas em todo o mundo, mas que tem sido mais árduo para as feministas do sul global e para as mulheres racializadas no ocidente/norte. As conquistas recentes em relação a legalização do aborto na América Latina, especificamente Argentina, México, Chile e Uruguai, que já eram realidade em países da Europa e da América do Norte há algumas décadas, ainda contrastam fortemente com os retrocessos impostos em países com governos neoconservadores como o Brasil. Entretanto, mesmo nos países em que o direito ao aborto é sancionado, a dificuldade do acesso ao serviço de saúde promove ainda a morte de milhões de mulheres, em sua maioria pobres, negras, imigrantes, latino-americanas. Além disso, o aborto é apenas um dos elementos de uma política de direitos reprodutivos, mas acaba, diante da polêmica que provoca, roubando a cena e invisibilizando outros debates. Para bell hooks,

Enquanto a questão do aborto foi e permanece relevante para todas as mulheres, houve outras questões reprodutivas que eram tão vitais quanto, que precisavam de atenção e poderiam ter servido para incentivar multidões. Essas questões iam desde educação sexual básica, controle pré-natal, medicina preventiva – que ajudassem mulheres a compreender como o corpo funciona – à esterilização forçada, cesarianas desnecessárias e/ou histerectomias e as complicações médicas que esses procedimentos causavam (2019, p.50-51).

Entre as décadas de 1970 e 1980, as políticas de controle da natalidade no Brasil e nos EUA tiveram como alvo as mulheres negras, muitas vezes de forma compulsória. Segundo Ângela Davis “a política do governo dos Estados Unidos para a população

doméstica tem um inegável viés racista. Mulheres indígenas, de origem mexicana, porto-riquenhas e negras continuam a ser esterilizadas em números desproporcionais” (DAVIS, 2016, p. 209). O Estado brasileiro também foi autor de violações ao empreender um programa eugênico de controle reprodutivo por meio da esterilização em massa dessas mulheres¹⁵, legitimada pelo pseudoargumento de erradicação da miséria. Ainda são muitas as violências que mulheres pobres e negras sofrem no contexto da reprodução, contracepção, gestação, parto e maternidade e, diante disso, feministas negras apontam para o projeto de “justiça reprodutiva” que considera as dimensões de gênero, raça e classe que hierarquizam o acesso aos direitos reprodutivos num contexto de desigualdade e discriminações.

Assim, o direito à maternidade das mulheres negras, por vezes, se cruza com seu próprio direito à vida, ou o direito a não serem mortas pelo Estado, seja por procedimentos clandestinos, seja pela violência policial nas periferias. Quando, no dia 8 de junho de 2021, Kathlen Romeu, grávida de quatro meses, foi baleada no Complexo de Lins, na zona norte do Rio de Janeiro durante uma operação policial, havia apenas um mês e meio que a designer de vinte e quatro anos tinha se mudado da favela em que nasceu e cresceu para viver uma gestação mais segura. Segundo a plataforma colaborativa Fogo Cruzado, citada pela Folha de São Paulo¹⁶, Kathlen foi a décima quinta grávida baleada desde 2017, embora não haja estudos específicos sobre a morte violenta de gestantes. A maternidade de mulheres negras e periféricas é assim, constantemente abortada pelas políticas desastrosas de segurança pública junto com a sua própria vida e seus projetos de futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS NAS ESCRIVÊNCIAS MATERNAS

*“A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.*

¹⁵ Segundo Goes, Moore e Figueiredo (2014, p.824), sobre a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI), instaurada pelo Congresso Nacional Brasileiro, no ano de 1991: “A CPI da Esterilização constatou que houve prestação inadequada dos serviços oferecidos pelas instituições privadas financiadoras de métodos contraceptivos inclusive os irreversíveis, sendo expandida principalmente, nas regiões mais pobres do país”.

¹⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/morta-aos-24-anos-e-gravida-kathlen-romeu-sonhava-em-construir-familia-e-saiu-da-favela-por-medo-da-violencia.shtml>>

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade"*

Conceição Evaristo.

A literatura de autoria de muitas mulheres negras e não-brancas evoca uma maternidade nem sempre proclamada por um ideal mítico de amor materno que é branco, colonizado, burguês e patriarcal. Ela evoca resistência e ancestralidade, como nos versos de Conceição Evaristo dedicados aos caminhos de sua bisavó, avó, mãe, filha e a si própria e as “vozes-mulheres” que ecoam em suas trajetórias. Em referência a essa literatura contemporânea, a análise de Fabiana Carneiro da Silva da obra “Um defeito de cor”, de autoria de Ana Maria Gonçalves, que se opõe narrativamente à negação e marginalização das maternidades negras na literatura brasileira, identifica que a autora

Mergulha nas contradições da maternidade negra no século XIX e produz um romance que trata, entre outras coisas, da luta da mulher negra por exercer essa maternidade (encarando os temas correlatos a isso, como omissão e o abandono masculinos, a discriminação, a solidão e a culpa) (SILVA, 2018, p. 253).

A resistência da maternidade negra é assim uma marca indelével dessa literatura. Patrícia Hill Collins (2019), ao analisar a relação entre mães e filhas afroamericanas, percebe que as mães criam estratégias para garantir a sobrevivência das filhas e “ajudá-las a ir além daquilo que foi permitido a elas mesmas” (2019, p. 207). Essa lógica de maternidade se faz presente em outras sociedades hierarquizadas e racializadas, como a brasileira, em que a conquista profissional, acadêmica, familiar de um filho ou uma filha principalmente, se torna uma conquista das mulheres que não puderam sonhar ou concretizar aquilo para suas próprias vidas.

Uma outra noção muito presente nessas narrativas de mulheres negras é a de ancestralidade. Segundo Lélia Gonzalez, “a valorização da mulher pelas diferentes culturas negro-africanas sempre se deu a partir da função materna” (2020, p.201), e não por acaso, se compreende a importância das “mães” e “tias” nas religiões afro-brasileiras e outros campos da cultura negra no país. Assim, essas vozes de mulheres negras - bem como imigrantes, indígenas, orientais, africanas, latino-americanas, periféricas, camponesas - importam para uma compreensão mais ampla dos dilemas da maternidade e o rompimento com pressupostos universalistas e eurocêtricos. Ainda que a maternidade essencialista como instrumento de dominação do patriarcado ocidental deva ser problematizada,

inclusive em seus aspectos de controle e disciplina dos corpos, outros aspectos simbólicos da maternidade na vida de mulheres subalternas precisam ser validados epistemologicamente. Em oposição à um feminismo civilizatório que desconsidera as vozes das mulheres que sentem na pele os efeitos do colonialismo, se apresentam os feminismos de política decolonial que, como afirma Vergès (2020, p. 35), “contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência”.

Sendo assim, uma perspectiva feminista decolonial sobre a maternidade se torna necessária para problematizar os debates feministas clássicos que, em sua maioria, analisaram as construções históricas e culturais em torno de mulheres ocidentais e do Norte Global, brancas e de classe média. Investigar como as estruturas coloniais incidem sobre as mulheres de regiões periféricas do globo, que foram alvo da colonização e do imperialismo, é fundamental para compreensão de suas particularidades e do papel dessa matriz de dominação sobre as dinâmicas da maternidade. Além disso, é imprescindível considerar as dimensões de classe e raça dessas mulheres mães, sobretudo, em países onde o racismo perpassa todos os aspectos da sociedade erigida sobre o alicerce da escravidão africana. Afinal, para mulheres racializadas, a maternidade se constitui de muitas contradições, podendo ser “uma bênção ou uma maldição”, constantemente colocadas entre o direito de escolher não ser mãe e a luta pelo direito de ser mãe. Porém, não uma mãe idealizada pelos padrões brancos de virtude, nem as imagens de controle de mulheres negras guerreiras e capazes de suportar a dor na maternidade. Apenas mulheres plurais em suas diversas formas de exercer ou não a maternidade/maternagem, que se configura como importante chave de leitura das experiências de mulheres não-brancas no interior dos estudos subalternos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro / Pólen, 2019.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabarth. **O Conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro, Record, 2011.

Disponível em

file:///D:/Downloads/O%20conflito%20%20A%20mulher%20e%20a%20m%C3%A3e%20by%20Badinter,%20Elisabeth%20(z-lib.org).mobi.pdf. Acesso em 23/05/2021, às 15h35.

BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade tem cor?** Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

1.

2. BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro**: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2019. Disponível em <http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Campos%20Bueno_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15/06/2021, às 17h52.

3.

4. CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – FEUSP. São Paulo, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana, OSIS, Maria José Duarte. MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e Formas de Maternagem. **Pensando Famílias**, 18(1), jun. 2014, (55-62). Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X201400010000>. Acesso em 30/07/2021, às 09h12.

GÓES, Emanuelle F. MOORE, Hanna. FIGUEIREDO, Juliana. **Mulheres negras, racismo e a (não) garantia dos direitos reprodutivos**. Anais do 18º Encontro da Rede *Feminista* Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero. (REDOR). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014. Disponível em <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1941/679>>. Acesso em 23/05/2021 às 17h05.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

5.

6. hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.



LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 53-83.

Oyěwùmí, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Oyěwùmí, Oyèrónkẹ. Matripotência: Ìyá nos conceitos filosóficos e instituições sociopolíticas [iorubás]. Tradução (Wanderson Flor do Nascimento) para uso didático de OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Matripotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. **What Gender is Motherhood?** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016, capítulo 3, p. 57-92. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_matripot%C3%AAncia.pdf>. Acesso em 19/10/2021, às 17h34.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso: *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 2005, p.117-142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 15/10/2020, às 9h45.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n 2, jul./dez. 1995, p.71-99. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em 19/10/2021, às 18h34.

SEGATTO. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** [Online], 18, 2012, p.206-131. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1f33/fec944190f8ca2534edbd3218c26784f6004.pdf?_ga=2.238876864.1118159970.1634352161-1315631509.1634352161>. Acesso em 16/10/2021, às 20h35.

SILVA, Fabiana Carneiro da. Maternidade negra em Um defeito de cor. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 54, p. 245-275, maio/ago, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/elbc/a/5r3V3zrd8k5s9PHbbCG5B9x/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 19/10/2021, às 21h45.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** – Tradução de Sandra Regina Goulart, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

MATERNIDADES SUBALTERNAS: SER OU NÃO SER MÃE NAS EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS E DO FEMINISMO NEGRO

Miléia Santos Almeida

Doutoranda em História

Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília, Brasil.

mileia.sa@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1949-4667>

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 30 de agosto de 2021

Aprovado em: 04 de novembro de 2021

